

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A difícil superação da falsa disjuntiva entre teoria e prática.

Marilis Lemos de Almeida.

Cita:

Marilis Lemos de Almeida (2009). *A difícil superação da falsa disjuntiva entre teoria e prática. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2036>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A difícil superação da falsa disjuntiva entre teoria e prática*

Marilis Lemos de Almeida**

RESUMO

Este trabalho visa a apresentar a experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul de construção de diálogos com a comunidade por meio de atividades de extensão envolvendo alunos de graduação com perfis de baixa renda. Insere-se na temática sugerida “*Sujetos e Instituciones Universitarias .Sus vínculos y su papel frente a La realidad social y política*”. Em particular analisamos o Programa Conexões de Saberes, o qual está estruturado em territórios / áreas de atuação juntos às comunidades e / ou segmentos sociais vulneráveis do ponto de vista econômico, social ou político.

O Programa analisado constitui-se em uma prática inovadora que atinge três frentes: busca oportunizar condições para que alunos de baixa renda se mantenham na Universidade; procura restabelecer os vínculos entre Universidade e sociedade, rompendo seu alheamento frente à realidade social e política; estabelece uma nova prática acadêmica de diálogo com as comunidades e valorização dos saberes não-acadêmicos.

As atividades são desenvolvidas ao longo do ano letivo, com tempo de vínculo máximo do aluno com o Programa de dois anos. Durante este período os alunos, sob orientação de docentes da Universidade, desenvolvem atividades supervisionadas com populações

** Professora Adjunta do Departamento de Sociologia/ UFRGS.

específicas. A atuação da Universidade no âmbito local e a presença de alunos de origem popular, hoje nos bancos da Universidade, em regiões de baixa renda contribuem para reverter a imagem de isolamento da Universidade e de distanciamento do saber acadêmico. Não sem tensões e conflitos, o Programa contribui para a discussão sobre o papel da Universidade e sobre a prática acadêmica em um contexto de desigualdades sociais profundas e em um país com alto grau de diferenciação social. O artigo tem por objetivo, a partir da apresentação desta experiência, discutir o papel da Universidade no processo de transformação social com vistas à redução das desigualdades sociais.

Introdução

Em que pese os 61 anos decorridos da Declaração Universal dos Direitos Humanos as conquistas no terreno dos direitos sociais e culturais encontram-se longe do que o ideal de igualdade republicano proclama. A desigualdade social persistente no Brasil e reatualizada cotidianamente com base em diferenças sociais construídas, presumidas e imputadas aos indivíduos revela que a efetivação dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos requer o “enraizamento” dos princípios da igualdade e do respeito à diferença como ponto de partida para alcançar a justiça social. A prevalência de valores igualitários em nossas sociedades depende de ações concretas, pois nada mais imobilizador que supor, de forma irrealista, a igualdade social como “natural”.

Voltando aos clássicos das Ciências Sociais podemos resgatar três idéias centrais para a reflexão sobre o tema: a desigualdade, para Marx, um igualitarista, era percebida como geradora de injustiças sociais e tem origem creditada às diferenças econômicas; a desigualdade, para Weber, teria origem nas diferenças tanto econômicas, quanto culturais e a posição dos indivíduos no campo econômico, social e político (se positivamente ou negativamente privilegiada) resultaria em acesso desigual a poder, riqueza e prestígio; por fim podemos ainda retomar a idéia durkheimiana de que os valores sociais compartilhados pelos indivíduos resultam em relações de solidariedade e preconceito. Em suma, a igualdade tem múltiplas dimensões e sua face formal que assevera a igualdade de todos perante a lei e que resulta em uma igualdade política não

esgota o princípio igualitarista, nem se transpõe automaticamente para as demais dimensões, como a distributiva e a social. Poderíamos ainda acrescentar o conceito de Piovesan (2005) de igualdade substantiva, a qual corresponderia “ao ideal de justiça como reconhecimento de identidades (igualdade orientada pelos critérios gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia e demais critérios)” [p. 43].

A realidade brasileira é mais bem caracterizada por uma peculiar articulação de mecanismos de discriminações, exclusões e violências que atingem uma parcela significativa da população, ainda que caracterizados como “minorias”.

Para a transformação desta triste realidade avanços em relação aos direitos civis, políticos e econômicos são necessários, mas de forma alguma suficientes. É imprescindível promover uma transformação cultural e social de tal forma que os Direitos Humanos, a justiça social e o respeito à diferença integrem o nosso imaginário social, gerando uma visão de mundo mais igualitarista, fraterna e tolerante.

O resgate e/ou construção de atitudes promotoras da tolerância, do respeito à diferença e da igualdade devem fazer parte do processo de formação dos cidadãos, iniciando no espaço escolar. Neste sentido destacam-se dois atores/territórios cuja contribuição é decisiva para este processo: a Universidade e a Escola Pública. Em ambos é possível estimular os alunos a refletir sobre a temática direitos humanos, levando-o a questionar suas próprias pré-concepções e seus valores morais e sociais, instigando-os a olhar e escutar o outro e a respeitar as diferenças existentes. Há um duplo ganho ao privilegiar estes atores. De um lado, considerando-se o elevado grau de inserção social das escolas e a extensa abrangência espacial e cobertura populacional da rede escolar verifica-se um ganho tanto de alcance, quanto de foco na ação. A partir desta estratégia de interação com a rede escolar é possível atuar localmente, nos bairros e comunidades onde se situam estas escolas, justamente locais nos quais se reproduzem as práticas cotidianas de violência, exclusão e discriminação. De outro lado, ligado ao papel transformador das escolas, operar no território onde se dá a produção dos saberes e dos discursos que serão reproduzidos em outras esferas sociais permite obter um efeito difusor gigantesco que potencializa ações ali realizadas.

Com o objetivo de estimular o debate sobre a contribuição da universidade na promoção dos direitos humanos e da justiça social apresento a experiência da UFRGS na realização do Programa Conexões de Saberes, no qual tive a oportunidade de atuar como coordenadora de um de seus territórios. Mais do que apresentar

resultados obtidos interessa-me utilizar ilustrativamente esta experiência para discutir a contribuição da Universidade, bem como as possibilidades que podem advir de uma ação articulada de universidades, enquanto centro gerador de saberes, com escolas públicas por meio da atuação dos estudantes universitários.

São várias, portanto, as dimensões que esta experiência permite discutir, tendo como horizonte estimular o debate sobre estratégias de atuação para a promoção dos direitos humanos.

1. Conexões de Saberes na UFRGS

O Programa Conexões de Saberes está presente em 32 universidades federais brasileiras. A UFRGS iniciou suas atividades em setembro de 2005, inicialmente com 25 bolsistas, tendo atingido o número máximo de 130 bolsistas que atuaram em cerca de 180 escolas, em 24 municípios do estado do Rio Grande do Sul. O Programa tem como objetivos:

- “Reforçar o desenvolvimento de projetos de extensão-ensino-pesquisa que promovam o encontro e a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade, a partir da articulação estabelecida entre esses territórios sociais com a escola pública.
- Ampliar a inserção dos estudantes universitários de origem popular em comunidades de baixa renda, através da promoção de ações de educação, direitos humanos, arte e cultura junto às escolas localizadas em espaços populares.”¹

O Programa é, ao mesmo tempo, um programa de apoio à permanência na Universidade e, portanto voltado para alunos de classes populares, e um programa de estímulo e troca de saberes entre alunos universitários e comunidades de baixa renda. O principal critério de seleção dos alunos é o pertencimento às classes populares, mensurado pela renda e em contrapartida à atuação no Programa os alunos recebem uma bolsa mensal, registrada como atividade de extensão o que permite sua inclusão no currículo acadêmico dos alunos, contribuindo para a sua formação universitária.

¹ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Complemento do Termo de Referência do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares para o ano de 2007.** Brasília, 2007.

As diretrizes gerais que norteiam o Programa, estabelecidas no âmbito federal², fornecem uma orientação para as universidades atuarem, porém as configurações finais são bastante diferenciadas. Na UFRGS o Programa foi regido pela idéia-força de que a Universidade é estruturada sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão e, portanto, aos alunos deveria ser oferecida a possibilidade de vivenciar estas três práticas articuladamente.

Quanto aos conteúdos, o Programa teve uma forte ênfase na promoção dos direitos humanos, com a realização de atividades de formação na área para preparar os alunos universitários, dos mais diferentes cursos (27 cursos de origem diferentes), para atuarem com alunos de escolas públicas. Após um longo período de formação (cerca de dois meses) os alunos conceberam, prepararam e realizaram oficinas em escolas públicas que mantinham atividades para a comunidade aos finais de semana³. As oficinas realizadas abordaram questões como discriminação, resgate da cultura local, meio-ambiente, preconceito, tolerância, violência, entre outros. A orientação teórica e pedagógica para a realização de oficinas preparou os alunos para a tradução dos temas abordados em linguagem lúdica e adequada aos diferentes perfis de público.

Em relação à atuação dos alunos havia duas preocupações centrais por parte da Universidade, a primeira era preparar os alunos para a atividade, evitando que eles fossem “a campo” sem estar devidamente preparados para enfrentar situações difíceis e temáticas complexas e polêmicas. Para tentar minimizar esta dificuldade houve um longo período de formação ministrada por docentes da própria Universidade e convidados, de formações muito diversas como Teatro, Letras, Ciências Sociais, Psicologia e Educação. Embora os alunos estivessem ansiosos por partir imediatamente para as escolas a fim de realizar as oficinas, estas atividades preparatórias foram essenciais para o bom desempenho do Programa. A segunda preocupação era garantir uma visão renovada da atividade de extensão, não como intervenção unidirecional da universidade “sobre” a comunidade, mas como uma troca de saberes, o que implica o reconhecimento e valorização de saberes não-acadêmicos. Esta é uma questão importante na qual nem sempre se obteve êxito, embora tenha sido intensamente

² Ver especialmente: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Termo de Referência para execução no ano de 2007 do Programa Conexões de Saberes:** diálogos entre a universidade e as comunidades populares. Brasília, 2007.

³ São escolas que integram o Programa Escola Aberta, do governo federal. As escolas participantes do Programa abrem suas portas aos finais de semana oferecendo o espaço e atividades de lazer para pessoas da comunidade, mesmo que não possuam vínculo com a escola regular.

tratada nas atividades formativas. O que percebemos é que entre os alunos universitários se fortalece um habitus acadêmico que não poucas vezes se constrói em antagonismo e destituindo outros saberes não-acadêmicos. Portanto, foi de difícil transposição idéias de que a eles, enquanto estudantes universitários, caberia “levar conhecimento” para as comunidades populares, o que implicitamente carrega consigo senão a negativa da existência de outros saberes, ao menos a concessão de um privilégio ao conhecimento acadêmico.

Além da experiência de promoção de um diálogo entre saberes acadêmicos e não-acadêmicos e de integração entre teoria e prática (a conversão da discussão “acadêmica” sobre direitos humanos em oficinas que foram desenvolvidas em uma linguagem lúdica para crianças e adolescentes), houve uma concertação entre diferentes atores sociais - da Universidade e das escolas públicas -, visando a construção integrada da ação. Esta foi uma das maiores dificuldades encontradas e onde, seguramente os avanços foram menores, pois existe a necessidade de articular três redes institucionais diferentes (universidade, rede municipal de ensino de cerca de 20 prefeituras e rede estadual de ensino, com as respectivas coordenadorias regionais) que possuem formas de organização e ritmos diferentes, além de outras demandas que ocorrem simultaneamente e demandam tempo e atenção. Neste processo a presença de um representante da UNESCO foi um elemento facilitador que auxiliou significativamente no estabelecimento das interações entre as partes.

2. Perfil dos alunos selecionados

Na edição primeira edição do Programa, no período 2006/2007 foram selecionados 93 alunos, dentre 283 inscritos, na segunda edição -- 2007/2008 – foram selecionados 107 alunos, dentre 265 inscritos, os quais receberam um bolsa de R\$ 300,00 durante a vigência do Programa. Ao final da segunda edição permaneciam no Programa 92 bolsistas. A seleção dos alunos seguiu as diretrizes gerais do Programa segundo a qual a soma da renda mensal dos pais (ou responsáveis pela criação) não poderia exceder a seis salários mínimos mensais. Além disso, foi estabelecida uma pontuação considerando os seguintes critérios: escolaridade dos pais ou responsáveis pela criação não superior ao ensino fundamental; morar ou ser oriundo de espaços populares; proveniência de escola pública; ter histórico de engajamento em atividades coletivas cidadãs em suas comunidades de origem; ser negro ou indígena. Entre todos

os critérios, no mínimo quatro deles deveriam ser contemplados, além de ser estudante da UFRGS e ter disponibilidade para atuar em fins de semana.

Gráfico 1 - Renda dos pais dos alunos selecionados *

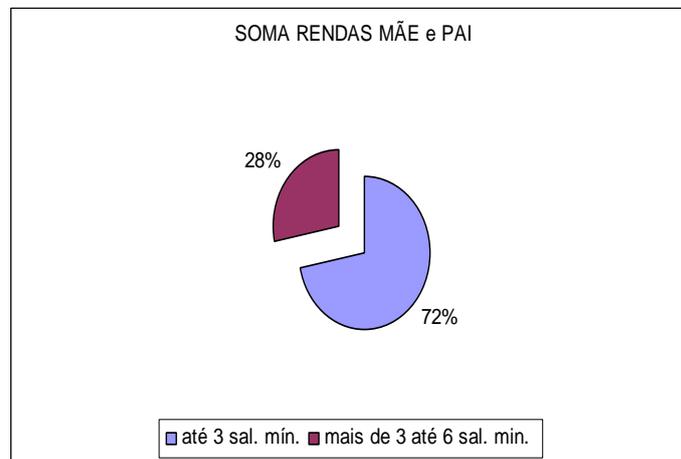


Gráfico 2 - Escolaridade do pai e da mãe dos alunos selecionados*

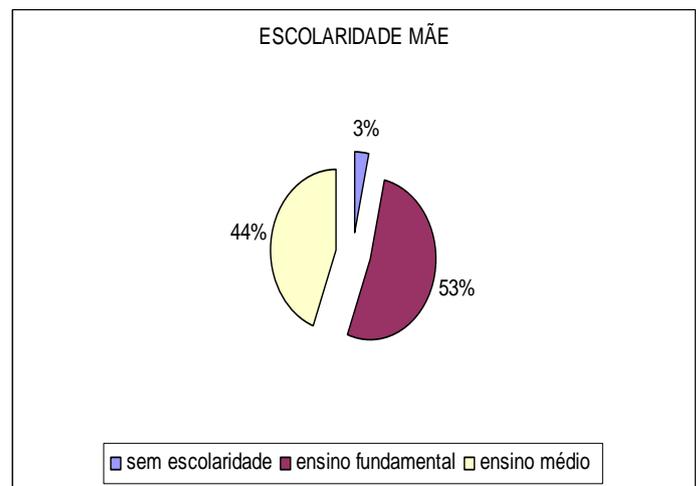
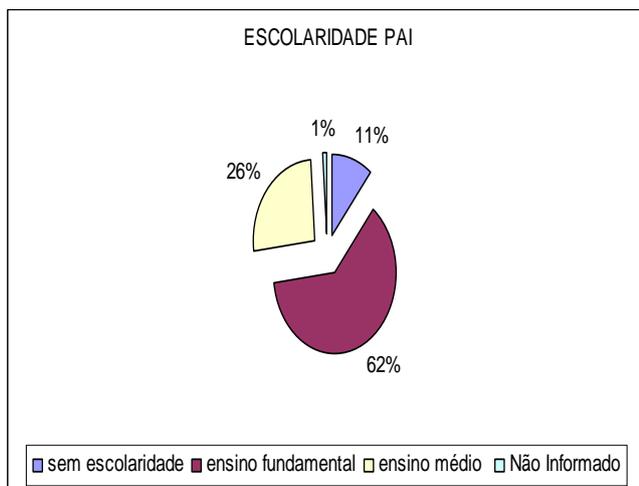


Gráfico 3 - Tipo de escola onde concluiu o ensino médio – alunos selecionados*

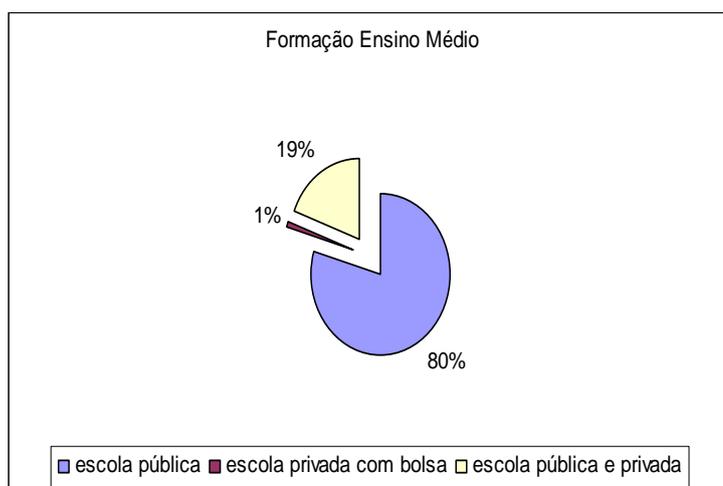
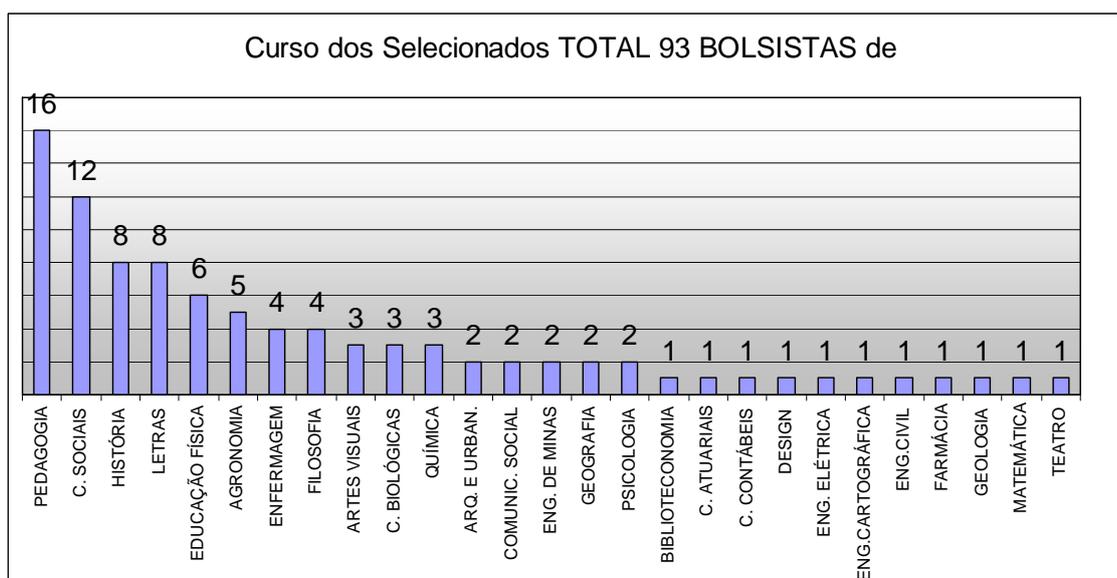


Gráfico 4 - Curso de origem dos alunos selecionados*



FONTE: DEDS – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – UFRGS, 2008.

* Base total considerada: 93 alunos selecionados na primeira edição.

Os dados apresentados demonstram o alcance do perfil de alunos de baixa renda, oriundos de escola pública e cujos pais possuem, em sua maioria, apenas o ensino fundamental. Alunos com este perfil, que lograram ingressar em uma universidade pública, necessitam de políticas de apoio à permanência na Universidade, pois não contam com famílias em condições de fazer frente aos custos requeridos para a manutenção dos mesmos durante a graduação.

O outro aspecto a destacar é a diversidade de cursos de origem dos bolsistas, uma vez que o Programa é aberto a alunos de todos os cursos da Universidade. A diversidade de experiências formativas acumuladas na graduação dos alunos participantes do Programa exigiu um esforço adicional na formação, uma vez que os tipos de conhecimentos trazidos eram bastante diferenciados. Esta diversidade, que inicialmente, gerou uma apreensão tanto entre os alunos, quanto entre os coordenadores do Programa se revelou bastante enriquecedora, pois oportunizou uma rara troca de conhecimento entre diferentes áreas de conhecimento.

3. Ações desenvolvidas

Os alunos foram organizados por duplas, que foram formadas após atividades de integração e de apresentação do Programa. O formato de duplas é interessante por permitir uma interlocução contínua, um apoio mútuo, bem como por facilitar o desenvolvimento de Oficinas.

Cada uma das duplas deveria desenvolver no mínimo oito oficinas, sendo que poucas duplas realizaram mais oficinas do que o número mínimo previsto. Estas oficinas foram organizadas em duas áreas – direitos humanos e leitura -, conforme diretrizes nacionais. Contudo no decorrer da formação foi havendo uma aproximação de ambas, de forma que a temática direitos humanos, entendida de forma ampla, perpassava todas as oficinas, da mesma forma que a leitura, que na UFRGS foi abordada por meio de um enfoque na oralidade popular, foi um caminho para abordar a temática dos direitos humanos⁴. Além disso, após a primeira edição a avaliação realizada pelos alunos indicou que o pouco tempo de permanência em cada escola (duas oficinas em cada escola) não permitia a formação de vínculos mais fortes com a comunidade, nem o esperado retorno dos mesmos para a realização de mais oficinas, uma demanda freqüente da comunidade. Desta forma, na edição atual cada dupla fica responsável por duas escolas (ao invés de quatro, como ocorreu na primeira edição), nas quais permanece por mais tempo, desenvolvendo oito oficinas em cada uma.

As oficinas foram inteiramente planejadas pelos alunos, em acordo com o objetivo de articulação das dimensões ensino-pesquisa-extensão. Antes do início do planejamento das oficinas os alunos receberam orientações sobre realização de diagnósticos em comunidades populares e só após a conclusão da pesquisa e do diagnóstico nos locais em que iriam atuar é que deram início ao planejamento. A valorização do diagnóstico como parte imprescindível do processo de formação foi se construindo ao longo do tempo e está intimamente ligada à idéia de que é preciso compreender a comunidade onde se vai atuar, entender suas especificidade e reconhecer os saberes

⁴ Na edição atual, que está em andamento esta divisão foi suprimida formalmente.

locais para de fato promover um diálogo de saberes ao invés de uma imposição de temática alheia aos interesses locais.

As oficinas buscaram agregar as discussões com especialistas realizadas durante a formação com as descobertas realizadas na pesquisa conduzida pelos alunos. Por fim, após submeter o planejamento das oficinas à coordenação os alunos eram orientados a fazer reformulações ou eram liberados para o início das atividades nas escolas.

Após realizar as oficinas as duplas redigiram um relatório sobre todo o período de participação no Programa, conforme um roteiro para elaboração de relatórios que foi apresentado durante o período de formação. Este relatório tem várias finalidades, uma delas diz respeito ao aspecto formal de prestação de contas do uso do dinheiro público, estimulando a responsabilidade por parte dos alunos de oferecer uma contrapartida ao recebimento da bolsa mensal. Considera-se que a bolsa, que tem por função apoiar a permanência deste aluno na Universidade, não deve visar apenas a garantir os meios econômicos para a manutenção do aluno, mas também meios efetivos para o crescimento do aluno como profissional e como cidadão, não se confundindo, portanto, como assistencialismo. Além disso, a construção do relatório oportuniza a reflexão sobre a trajetória deste aluno, sua relação com o Programa e com a Universidade, permitindo encerrar sua participação não apenas com um produto acadêmico, mas também encerrando reflexivamente um ciclo de aprendizado. Por fim, para coordenadores e gestores do Programa, o relatório permite identificar pontos frágeis e dificuldades que podem ser objeto de melhorias nas edições futuras, como tem efetivamente ocorrido todos os anos. O Programa, como foi dito inicialmente, é inovador e está em construção, portanto sujeitos a reformulações que feitas sistematicamente podem ser a garantia de obtenção de melhores resultados.

Gráfico 5- Número de oficinas previstas, realizadas e não-realizadas – edição 2007/2008

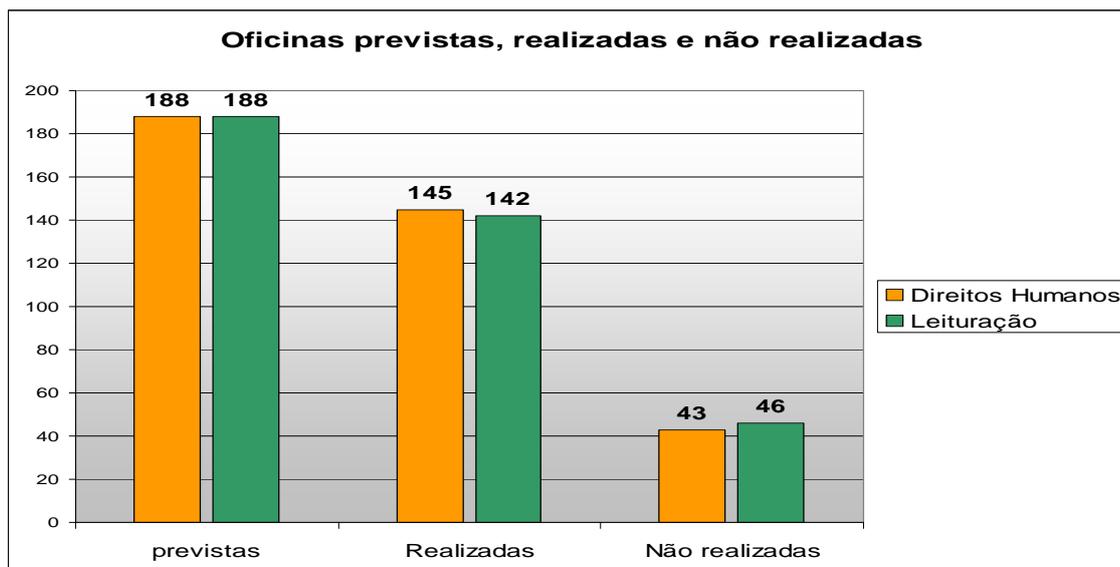
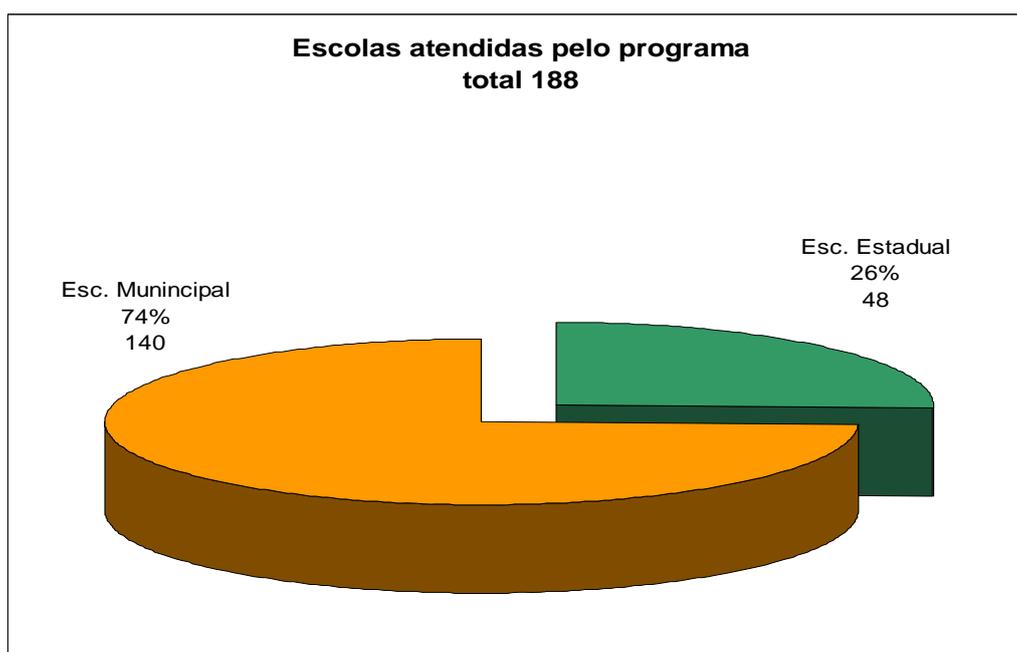


Gráfico 6- Número de escolas atendidas – edição 2007/2008



Conforme pode ser visto nos gráficos 5 e 6, em uma única edição, o Programa atendeu 188 escolas e foram realizadas 145 oficinas sobre direitos humanos e 142 de leituração.

4. Perfil do público atingido

Durante os seis meses de vigência da segunda edição do Programa, cerca de dois meses foram dedicados à formação, dois meses para pesquisa, diagnóstico e planejamento e dois meses para a realização das oficinas. Neste período relativamente curto 1.479 pessoas participaram das oficinas de direitos humanos e 1.475 das oficinas de leitura, com uma expressiva participação de crianças e adolescentes. Estes números indicam bem o alcance e potencial deste tipo de ação.

Gráfico 7 - Distribuição do público por tipo de oficinas – edição 2007/2008

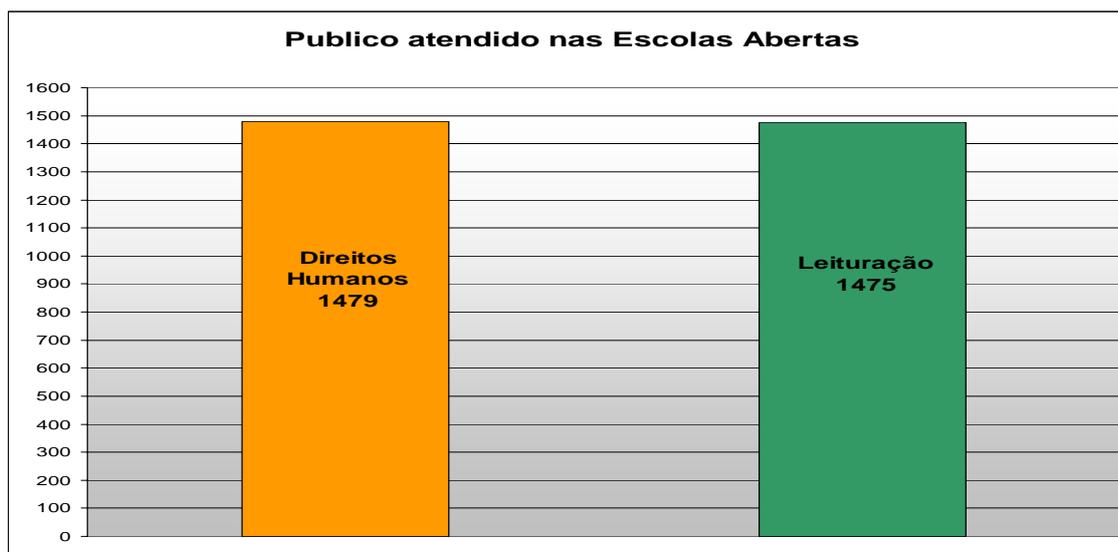


Gráfico 8 - Distribuição do público por faixa etária nas oficinas de Direitos Humanos – edição 2007/2008

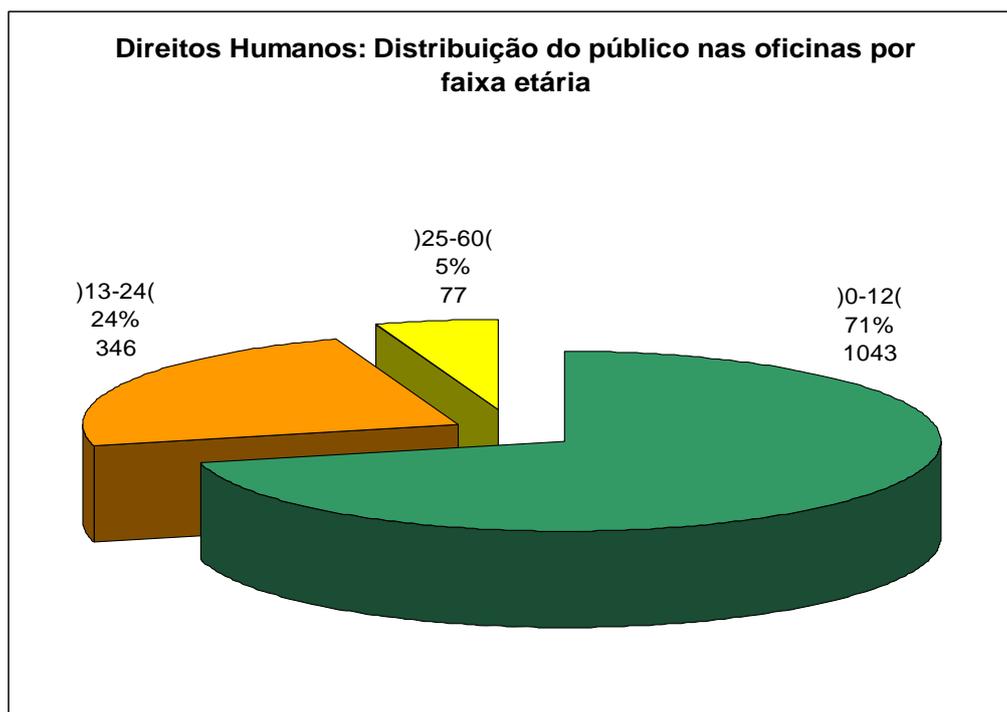


Gráfico 9- Distribuição do público por faixa etárias nas oficinas de Leituração – edição 2007/2008

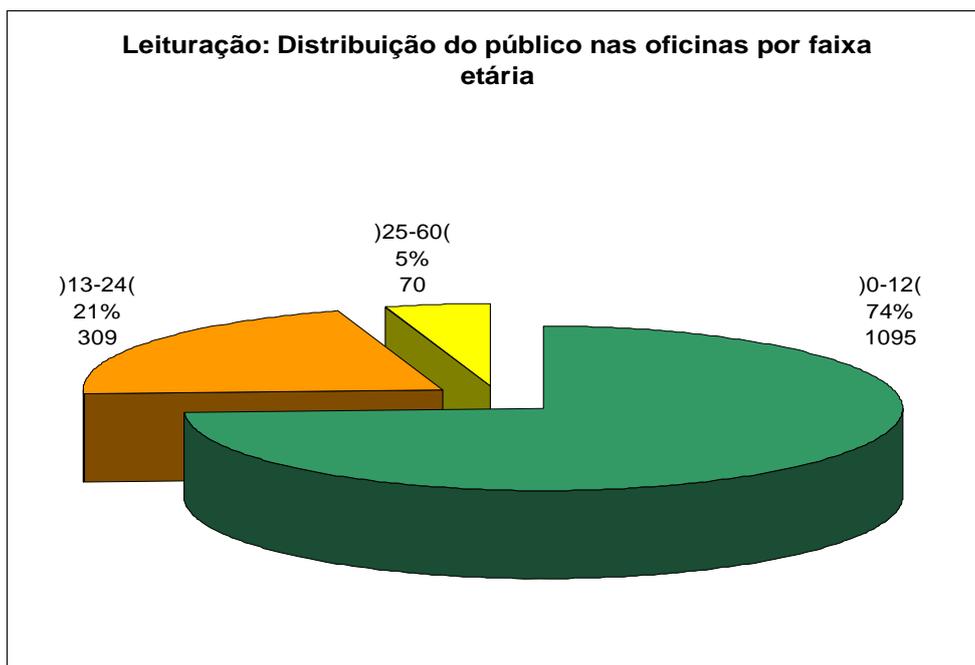


Gráfico 10- Distribuição do público por faixa etárias nas oficinas de Leituração – edição 2007/2008

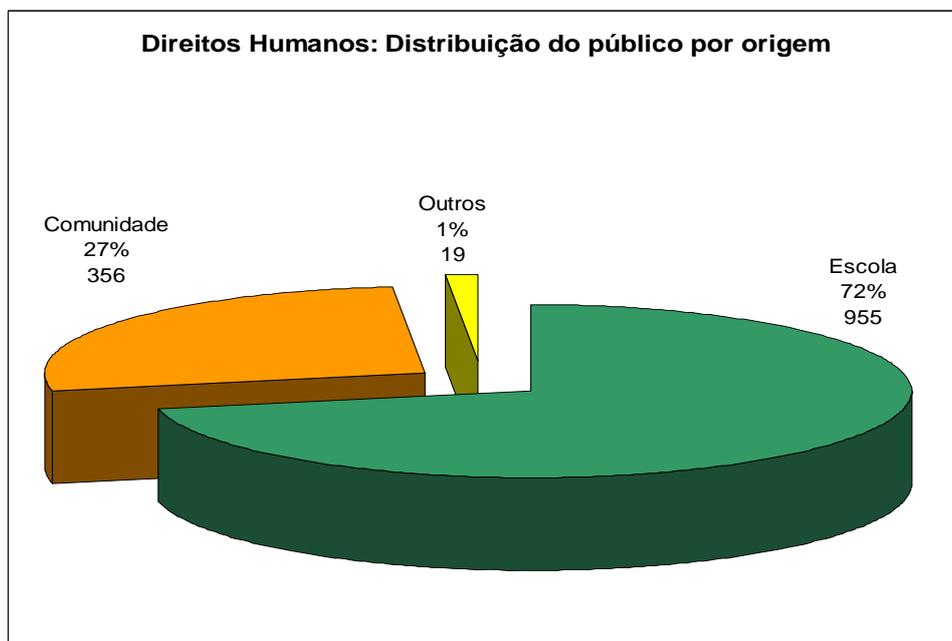
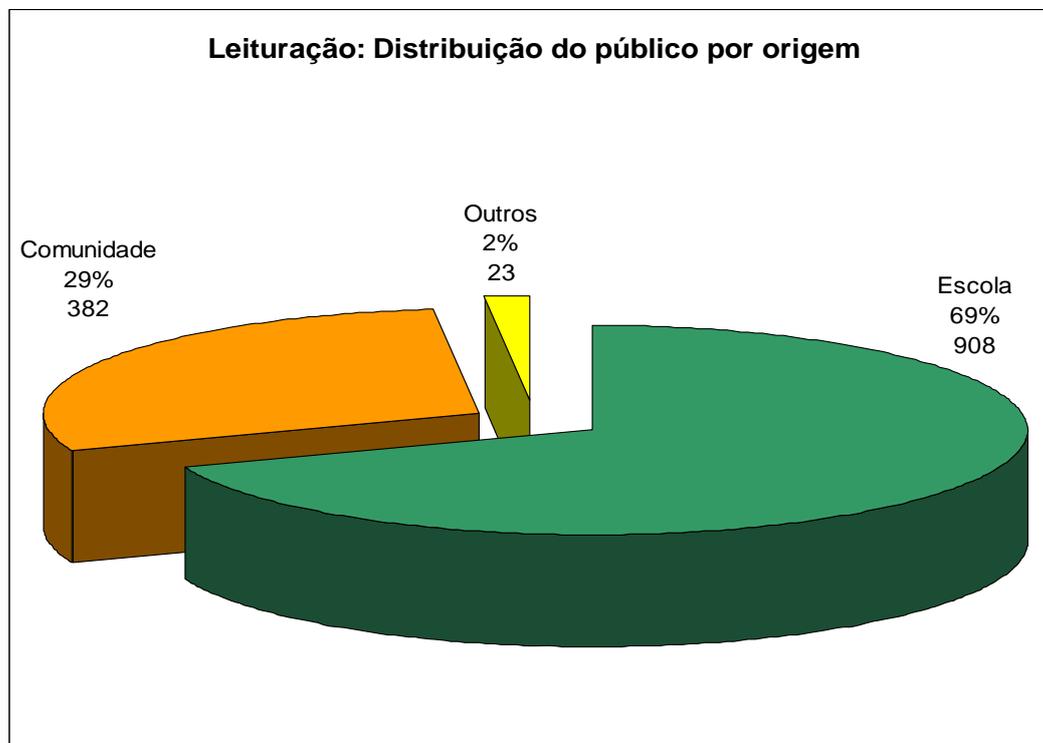


Gráfico 11- Distribuição do público por origem – edição 2007/2008



FONTE: DEDS – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – UFRGS, 2008.

* Base considerada: Público atingido e Oficinas realizadas na segunda edição.

Considerações Finais

O objetivo geral desse Programa é promover o encontro e a troca de saberes entre a escola pública, a universidade e comunidades de baixa renda, inscrevendo-se ao mesmo tempo no campo das políticas afirmativas voltada para a permanência na universidade de jovens oriundos de famílias de baixa renda. Em países como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais assentadas sobre diferenças socialmente construídas, a universidade pública não pode esquivar-se de seu compromisso ético com essas camadas desfavorecidas.

A presença de alunos de universidade pública em periferias já causa em si um primeiro estranhamento para ambas as partes. Do lado dos alunos da Universidade a surpresa decorre da percepção que muitos estudantes de escolas públicas desconhecem a existência de universidade pública e gratuita, na qual poderiam vir a estudar. Esta é uma expressão muito clara e extremamente preocupante da desigualdade existente no país, uma vez que aponta para uma conformidade com a atual situação. Os alunos da Universidade relataram que parte dos estudantes

de escolas público de ensino básico sequer vislumbra a possibilidade futura de vir a ingressar no ensino superior, especialmente em uma universidade pública com reconhecido grau de qualidade.

Do lado dos alunos das escolas públicas há uma surpresa evidente que se desdobra em curiosidade ao descobrirem que estes universitários possuem uma origem popular, com histórias similares às vivenciadas por eles. Esta mobilização gerada pelo encontro de dois universos diferentes é um dos principais ganhos do Programa.

O que se deseja é produzir uma unicidade de experiências, que se concretiza por meio das vivências que muitos de nossos alunos têm desses ambientes dada sua origem popular, cimentada pela realização de oficinas que permitam jogar luz sobre temas como desigualdade, diferença e justiça social. Desta forma, acreditamos ser possível contribuir para a valorização da Educação Básica e da escola pública como espaço de formação intelectual e de promoção, fomento e avanço em direção a universalização de direitos.

Enquanto ação afirmativa voltada à permanência este tipo de iniciativa pode vir a se tornar um instrumento notável na promoção da inclusão social⁵. Neste sentido ela representa uma medida concreta que busca contribuir para a construção de um país mais igualitário, de um lado por meio do apoio à permanência dos jovens universitários e, de outro, pela promoção dos princípios de igualdade e de respeito à diversidade e à diferença, que são objeto das oficinas realizadas pelos alunos.

Referências

- FONSECA, Claudia. Antropologia e cidadania em múltiplos planos. Revista Humanas: Cidadania e Políticas Publicas, Porto Alegre, UFRGS, IFCH. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ifch/ppgas/nucleos/naci/index.html>.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Complemento do Termo de Referência do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares para o ano de 2007. Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Termo de Referência para execução no ano de 2007 do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares. Brasília, 2007.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Cidades da diferença. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2): 7-33, 2.sem. 1990.

⁵ A primeira e a segunda edição foram anteriores ao estabelecimento de cotas para ingresso na UFRGS, somente a edição atual tem entre seus bolsistas estudantes cotistas.

- o PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. Cad. Pesqui. [online]. 2005, vol.35, n.124 [cited 2009-06-10], pp. 43-55 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0100-1574. doi: 10.1590/S0100-15742005000100004.
- o REIS, Elisa. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro. In: SCALON, Celi. Imagens da desigualdade. Belo Horizonte, UFMG, 2004.
- o SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 11-30, janeiro-abril/2005
- o SOUZA, Jessé. Raça ou Classe? Sobre a desigualdade brasileira. Lua Nova, São Paulo, 65:43-69, 2005
- o TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal do que se trata? São Paulo, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos.